

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Jornalista responsável: Larissa Claro Jornalista: Thais Cirino Fotógrafo: Roberto Marcelo Designer gráfico: Nildson Mateus Estagiária: Daiane Lima

CLIPPING JUL.23



01

• O NORDESTE

ALPB debate LDO 2024 com poderes, autarquias e representantes da sociedade

Mais informações clique aqui

03

• GOVERNO DA PARAÍBA

Ministra das Mulheres visita a Paraíba e anuncia a criação da Casa da Mulher Brasileira em Patos

Mais informações clique aqui

• POLÍTICA & ETC

Produtividade dos defensores públicos em maio é a maior dos últimos 5 anos

Mais informações clique aqui

• RESENHA POLITIKA

Ministra das Mulheres visita a Paraíba e anuncia a criação da Casa da Mulher Brasileira em Patos

Mais informações clique aqui

• MAIS PB

Ministra visita a Paraíba e anuncia Casa da Mulher Brasileira em Patos

Mais informações clique aqui

BLOG DO DÉRCIO

Produtividade dos defensores públicos em maio é a maior dos últimos 5 anos

Mais informações clique aqui

• JORNAL DA PARAÍBA

Ministra das Mulheres visita a Paraíba e anuncia Casa da Mulher Brasileira em Patos

Mais informações clique aqui

• PORTAL CORREIO

Ministra das Mulheres cumpre agenda na Paraíba nesta terçafeira (4)

Mais informações clique aqui

• PORTAL DA CAPITAL

Ministra das Mulheres visita a Paraíba e anuncia a criação da Casa da Mulher Brasileira em Patos

Mais informações clique aqui

04

• POLÍTICA & ETC

Defensoria Pública volta a atender população de Lucena nesta quintafeira

Mais informações clique aqui

• ANADEP

PB: Produtividade dos defensores públicos em maio é a maior dos últimos 5 anos

Mais informações clique aqui

• TJPB

TJPB assinará Termo de Adesão para a instalação da Casa da Mulher Brasileira na Comarca de Patos

Mais informações clique aqui

05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública reforça atuação em ações voltadas à população carcerária

Mais informações clique aqui

• BRASIL 247

Ministra das Mulheres anuncia Casa da Mulher Brasileira no interior da Paraíba

• JORNAL DA PARAÍBA

Ministra garante quase R\$ 30 milhões para criação de duas Casas da Mulher na Paraíba

Mais informações clique aqui

• GOVERNO DA PARAÍBA

João Azevêdo e ministra Cida Gonçalves assinam acordo de cooperação técnica e Patos ganha a primeira Casa da Mulher Brasileira do Sertão

Mais informações clique aqui

• A PALAVRA ONLINE

São José de Piranhas, Sousa e Itaporanga abrem a programação da Defensoria Itinerante no ODE

Mais informações clique aqui

• TJPB

TJPB assina Termo de Cooperação Técnica para a construção de Casa da Mulher Brasileira na PB

Mais informações clique aqui

• PARAÍBA ONLINE

João Azevêdo e ministra Cida Gonçalves assinam acordo de cooperação técnica

Mais informações clique aqui

• ANADEP

PB: Defensoria Pública reforça atuação em ações voltadas à população carcerária

Mais informações clique aqui

• PORTAL T5

Em João Pessoa, ministra das Mulheres anuncia investimento de R\$ 30 milhões na PB

Mais informações clique aqui

• TJPB

Comitê Estadual de Saúde define calendário de webinários para julho e termo técnico do NatJus

Mais informações clique aqui

• PARLAMENTO PB

João Azevêdo e Cida Gonçalves assinam acordo e Patos ganha 1ª Casa da Mulher Brasileira

Mais informações clique aqui

• PATOS ONLINE

A segunda Casa da Mulher Brasileira, na Paraíba, será construída em Patos e atenderá todo o Sertão

Mais informações clique aqui

• HERMES DE LUNA

Defensoria Pública reforça atuação para população carcerária

Mais informações clique aqui

06

• OAB PB

OAB sedia evento do Ministério da Mulher com movimentos feministas da Paraíba

Mais informações <mark>clique aqui</mark>

• PARAÍBA FEMININA

DPE se reúne com ministra Cida Gonçalves para debater implantação da Casa da Mulher na Paraíba



• CLICK PB

Ministra Cida Gonçalves se reúne com representantes dos movimentos de mulheres e agentes de segurança pública na Paraíba

Mais informações clique aqui

• F5 ONLINE

Ministra anuncia investimentos para construção de Casas da Mulher Brasileira em João Pessoa e Patos

Mais informações clique aqui

• GOVERNO DA PARAÍBA

Representantes de órgãos estaduais conhecem funcionamento dos serviços da Casa da Mulher Brasileira

• TRT-13

Empregabilidade na Diversidade oferece escuta psicológica, serviços de cidadania e oficinas

Mais informações clique aqui

• ESTADO DE MINAS

Paraíba terá primeira Casa da Mulher Brasileira no sertão

Mais informações clique aqui

• MPPB

MPPB assina acordo de cooperação para implantar Casa da Mulher Brasileira, em Patos e JP

Mais informações clique aqui

• AGÊNCIA BRASIL

Paraíba terá primeira Casa da Mulher Brasileira no sertão

Mais informações clique aqui

BLOG DO DÉRCIO

DPE-PB concorre a Prêmio Innovare por assistência jurídica às mulheres vítimas de violência



• TJPB

Cidadania: TJPB instala Cejusc na Comarca de Belém beneficiando população da região

Mais informações clique aqui

• PORTAL NEGO PB

Repercussão nacional: Paraíba terá primeira Casa da Mulher Brasileira no sertão

Mais informações clique aqui

07

• PB AGORA

Cidadania: TJPB instala Cejusc na Comarca de Belém beneficiando população da região

Mais informações clique aqui

• PORTAL T5

Disputas nos partidos dificultam paridade no governo Lula, diz ministra das Mulheres

Mais informações clique aqui

ANADEP

PB: DPE garante a adolescente direito de ser ouvido ao final de instrução processual

Mais informações clique aqui

• TJPB

Atuação do Poder Judiciário na saúde pública e suplementar foi tema de webinário

Mais informações clique aqui

• PARAÍBA EM DIA

A segunda Casa da Mulher Brasileira, na Paraíba, será construída em Patos e atenderá todo o Sertão

Mais informações clique aqui

• TJPB

TJPB participa de reunião com ministra e debate a implantação da Casa da Mulher na PB

Mais informações clique aqui

• WSCOM

Eleição na Defensoria Pública: Comissão confirma votação dia 14 e impugna Chapa 1

Mais informações clique aqui

12

• ANADEP

PB: Núcleo da DPE em Campina obtém decisões favoráveis em quase 80% das ações de saúde

Mais informações clique aqui

• BLOG DO MARCELO JOSÉ

Condenado por fraude em licitação ex-prefeito de Mamanguape não atende Justiça e retarda processo

Mais informações clique aqui

13

• BLOG DO DÉRCIO

Defensoras de Pernambuco conhecem atendimento da DPE-PB às mulheres vítimas de violência

ANADEP

PB: DPE registra mais de 400 atendimentos voltados a crianças e adolescentes

Mais informações clique aqui

14

• DEBATE PARAÍBA

Com atuação do Núcleo da Defensoria Pública Estadual da cidade de Sousa, portadora de câncer consegue tratamento de alto custo

Mais informações clique aqui

17

• DEFENSORIA PÚBLICA DE PERNAMBUCO

DPPE visita Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública da Paraíba

Mais informações clique aqui

• PB AGORA

A cada 4 horas uma mulher é vítima de violência no Brasil

Mais informações clique aqui

18

• WSCOM

Candidato impugnado na eleição dos Defensores Públicos protesta na votação

Mais informações clique aqui

ANADEP

PB: Estudante paraibana vive sonho de fazer intercâmbio após atuação da Defensoria

Mais informações clique aqui

• PORTAL DA CAPITAL

Estudante paraibana realiza sonho de fazer intercâmbio após atuação da Defensoria Pública

Mais informações clique aqui

• BLOG DO MARCOS LIMA

Prefeito Léo Bandeira disponibiliza advogados gratuitos para a população através da Defensoria Pública do Estado. Atendimento acontece nesta 5ª feira

Mais informações clique aqui

20

TJPE

Tribunal de Justiça da Paraíba instala o 2º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública

Mais informações clique aqui

21

• PREFEITURA DE MONTEIRO

Monteiro recebe a Defensoria Itinerante nos dias 26 e 27 de julho

Mais informações clique aqui

CARIRI LIGADO

Monteiro recebe a Defensoria Itinerante nos dias 26 e 27 de julho

Mais informações clique aqui

23

WSCOM

Defensoria Pública da PB registra alta na procura por atendimento pela comunidade LGBTQIAPNB+



• BLOG DO DÉRCIO

DPE-PB registra alta na procura por atendimento pela comunidade LGBTQIAPNB+

Mais informações clique aqui

• CONCEIÇÃO VERDADE

Defensoria Pública da PB registra alta na procura por atendimento pela comunidade LGBTQIAPNB+

Mais informações clique aqui

• CONCEIÇÃO VERDADE

Defensoria Pública da PB registra alta na procura por atendimento pela comunidade LGBTQIAPNB+

Mais informações clique aqui

24

• PORTAL DA CAPITAL

Em Brasília, Efraim Filho apoia projeto que expande a Defensoria Pública

Mais informações clique aqui

ANADEP

PB: Defensoria garante moradia à família vulnerável em Salgado de São Félix

• TJPB

24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa vai agilizar andamento dos processos de violência contra mulher

Mais informações clique aqui

• WSCOM

Comunidade do Timbó recebe acões da DPE em alusão ao Julho das Pretas

Mais informações clique aqui

• TJPB

Curso de formação para usuários do SEEU é disponibilizado em ambiente virtual do CNJ

Mais informações clique aqu

• PORTAL DA CAPITAL

Justiça paraibana vai agilizar andamento dos processos de violência contra mulher

Mais informações clique aqui

• CONCEIÇÃO VERDADE

Comunidade do Timbó recebe ações da DPE em alusão ao Julho das Pretas

Mais informações clique aqui

• MPPB

Visita institucional: PGJ conhece projeto do TJPB para Complexo da Infância e Juventude

Mais informações clique aqui

• PREFEITURA DE LAGOA SECA

NA FESTA DO AGRICULTOR: em parceria com a PMLS, Defensoria **Pública** oferece atendimento jurídico à população carente nesta sexta

Mais informações clique aqui

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo promove simpósio sobre enfrentamento de conflitos e violência no campo

Mais informações clique aq

• REPÓRTER PB

Estado promove simpósio sobre enfrentamento de conflitos e violência no campo

Mais informações clique aqui

• BLOG DO MÁRCIO RANGEL

Defensoria Pública oferece atendimento jurídico gratuito em Lagoa Seca/PB

Mais informações clique aqui

• MPF

Dia da Agricultura Familiar: MPF aborda conflitos fundiários e comercialização dos produtos no Pnae e PAA, na Paraíba

Mais informações clique aqui

• TJPB

NAJ-TJPB fortalece atenção integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei

Mais informações clique aqui

ANADEP

PB: Defensoria consegue suspensão de ação penal contra testemunhos assistido por indiretos

Mais informações clique aqui

• MPPB

MPPB discute implantação de programa de atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei

Mais informações clique aqui

• POLÍTICA & ETC

Defensoria Pública debate situação do sistema prisional durante reunião de Conselhos **Estaduais**



• REPÓRTER PB

Dia da Agricultura Familiar: MPF aborda conflitos fundiários e comercialização dos produtos no Pnae e PAA, na Paraíba

Mais informações clique aqui

• GOVERNO DA PARAÍBA

Conselho Penitenciário do Estado e Conselho Estadual de Coordenação Penitenciária reúnem-se com a Defensoria Pública do Estado

Mais informações clique aqui

A PALAVRA ONLINE

Defensoria Pública debate situação do sistema prisional durante reunião de Conselhos Estaduais

Mais informações clique aqui

29

• A PÚBLICA

Expansão de eólicas ameaça comunidades e Caatinga no semiárido do Rio Grande do Norte

Mais informações clique aqui

31

• TJPB

Desembargador denega ordem em MS sobre repasse do duodécimo da Câmara de Jacaraú

Mais informações clique aqui

• POLÍTICA & ETC

Defensoria Pública da Paraíba realiza segunda edição da campanha "Meu Pai Tem Nome"

Mais informações clique aqui

• WSCOM

Defensoria Pública realiza segunda edição da campanha "Meu Pai Tem Nome"; agendamentos iniciam nesta terca

Mais informações clique aqui

• RACISMO AMBIENTAL

Expansão de eólicas ameaça comunidades e Caatinga no semiárido do Rio Grande do Norte

Mais informações clique aqui

• POLÍTICA & ETC

Antônio Hortêncio Rocha Neto conquista 78% dos votos e é 1º colocado na disputa pela Procuradoria-Geral de Justiça

Mais informações clique aqui

• BLOG DO DÉRCIO

DPE-PB realiza segunda edição da campanha "Meu Pai Tem Nome"

Mais informações clique aqui

• PARAÍBA FEMININA

"Meu Pai Tem Nome": campanha de reconhecimento de paternidade acontece no mês de agosto

02/07

JORNAL UNIÃO

O cinema clássico já não é aceito como deve

Motivado por um filme nacional e seu diretor - também um elenco de atores paraibanos de primeira linha -, frequentei pela última vez uma sala de cinema em João Pessoa. Não que elas hoje não existam, mesmo em malls, mas pela falta de sua "personalidade clássica". Pelo menos para mim. Cinema em shopping center não tem mais aquele mesmo fascínio, e que nos envolvia a todos, formalmente. Sua clientela atual (confirmado está) não utiliza mais do ritual de "se ir ao cinema"; mas de ir ao shopping. Assistir a um filme será um motivo a mais de quem frequenta esses centros comerciais. Cinema já não é o objetivo principal. Hoje, mais ainda, com essa coisa da "compra-casada" doingresso + pipoca + refrigerante, sei lá mais o quê?...

Tal situação nos leva a pensar o seguinte: Será que o cinema perdeu o seu glamour, a sua magia? Sinceramente, acredito que não! Apenas o olhar das pessoas mudou sobre a *moving art* nascida do sonho, do entretenimento.

Na semana passada, aqui mesmo nessa "domingueira" de A União, falava sobre a importância docinema como a arte de todas as artes. Recentemente, em colóquio com o pai do netinho Arthur Luna (meu "cinemista"), Diego Luna Palitot – advogado dos bons e assistente jurídico da Defensoria Pública do Estado –, ponderamos a questão de "se ir ao cinema". Conversa vai, conversa vem... Também, sobre uma das espe-



Ator paraibano Ravi Ramos Lacerda em cena de 'Abril Despedaçado' (2001)

cialidades advocatícias dele, que é a dos conflitos interpessoais de famílias. Foi quando me lembrei de um filme nacional que me fez retornar a uma sala de cinema de shopping, como disse antes, pela última vez: Abril Despedaçado. Obra que reassisti esta semana, em plataforma de streaming, pelo YouTube.

Algumas razões, confesso, me motivaram a ir assistir a um filme em sala de shopping, isso, havia algum tempo longe delas. Primeiro, por ser um filme de Walter Salles (*Central do Brasil*), diretor de mais uma obra na abordagem das questões de conflitos de terras no Nordeste brasileiro, filme premiado dentro e fora do país. Mais ainda, porque do seu elenco vários paraibanos tiveram vez. Além do diretor de fotografia Walter Carvalho, pelo menos cinco ou seis atores participaram de

Abril Despedaçado – José Dumont, Everaldo Pontes (irmão da atriz Zezita Matos), Luiz Carlos Vasconcelos, Soia Lira e Ravi Lacerda, que faz um garoto levado pelos traumas familiares.

É um filme interessante, que realmente humaniza cada personagem. A participação do ator Everaldo Pontes, interpretando um cego fazendeiro, é especial. A cena em que ele faz analogia ao tempo do velho relógio na parede, ao sentenciar o filho (Rodrigo Santoro) de seu opositor e também fazendeiro da região (José Dumont), é realmente sintomática.

Sinceramente, Abril Despedaçado é um filme que indicaria a assistirem, mesmo que não seja em sessão verdadeira de cinema; mas, domesticamente pela internet. – Mais "Coisas de Cinema", acesse: www.alexsantos.com.br.

EM PATOS

Ministra anuncia a criação da Casa da Mulher Brasileira

A Paraíba vai ganhar mais uma Casa da Mulher Brasileira. Além da que será implantada em João Pessoa - autorizada pelo ministro da Justica, Flávio Dino - a outra unidade será instalada no município de Patos. A Casa da Mulher concentra diversos serviços, como de saúde e judicial, para atendimento às mulheres em situação de violência. O anúncio será feito oficialmente pela ministra das Mulheres, Cida Goncalves, que estará em João Pessoa amanhã e quinta-feira (6) para uma série de compromissos e anúncios relacionados à promoção dos direitos das mulheres, organizados pelo Governo da Paraíba, por meio da Secretaria da Mulher e da Diversida-

Durante sua visita, a ministra participará de eventos, lançarácampanhas de combate à misoginia e ao feminicídio e também discutirá a criação de Organismos de Políticas para as Mulheres nos municípios. Segundo a secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, a visita da ministra das Mulheres representa um importante momento de diálogo e fortalecimento das políticas de gênero no estado da Paraíba.

"Oobjetivo da vinda da ministra Cida Gonçalves é promover a igualdade e o combate à violência contra as mulheres, bem como fortalecer a participação feminina nos espaços de decisão e representação. A presença da ministra em João Pessoa reforça o compromisso dos governos da Paraíba e federal com a defesa dos direitos das mulheres e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária", afirma Lídia Moura.

Amanhã, às 16h, a ministra estará presente no Teatro Paulo Pontes, no Espaço Cultural José Lins do Rego, ao lado do governador João Azevêdo. Nesse evento, será anunciada acriação de mais uma Casa da Mulher Brasileira, que será instalada em Patos. Ela também participará de uma coletiva de imprensa e realiza-

rá o lançamento da Campanha Violência Contra as Mulheres: Todas e Todos no Combate à Misoginia.

Além disso, será discutida a campanha pela criação de Organismos de Políticas para as Mulheres nos municípios, com o convite a prefeitas, prefeitos e secretarias municipais de mulheres.

Na quinta-feira, a ministra terá uma reunião com os órgãos que comporão a Casa da Mulher Brasileira. Oencontro contará com representantes do Governo da Paraíba, incluindo Semdh, Sesds, SES, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, **Defensoria**, TJPB, MPPB e Prefeitura de João Pessoa.

Ainda na quinta-feira, às 11h, a ministra realizará uma reunião com representantes dos movimentos de mulheres e feministas. O encontro acontecerá no Auditório da Ordem dos Advogados da Paraíba (OAB/PB), localizado na Rua Rodrigues de Aquino, 37, no Centro de João Pessoa.



A presença da
ministra em João
Pessoa reforça
o compromisso
dos governos da
Paraíba e federal
com a defesa
dos direitos das
mulheres e a
construção de
uma sociedade
mais justa e
igualitária

Lidia Moura

Ministra da Mulher. Cida Gonçalves, fará o anúncio oficial durante visita aue realizará à Paraíba, amanhã, durante solenidade no Teatro Paulo Pontes, no Espaço Cultural, ao lado do governador João Azevêdo, quando ela também fará o lançamento da Campanha Violência Contra as Mulheres: Todas e Todos no Combate à Misoginia



Defensoria Pública do Estado atendeu mais de 65 mil pessoas em quatro meses

Taty Valéria tatyanavaleria@gmail.com

Estabelecer pensão alimentícia, conseguir medicamento de uso contínuo ou dificuldade em acessar algum direito. É a Defensoria Pública que irá representar os cidadãos diante da Justiça e garantir que tenham seus direitos respeitados e sua defesa, garantida. Até abril de 2023, o número de atendimentos na Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), foi superior ao mesmo perídio de 2022: de acordo com dados da Corregedoria-Geral da instituição, nos primeiros quatro meses do ano, a DPE atendeu 65.620; em 2022 foram 59.630.

De acordo com a defensora pública da Paraíba, Madalena Abrantes, a missão é garantir às pessoas hipossuficientes, o acesso gratuito à Justiça, com foco na promoção dos direitos humanos e na defesa dos direitos individuais e coletivos daqueles que estão em condição de vulnerabilidade social. "É a partir da atuação das defensoras e dos defensores públicos que a defesa dos direitos fundamentais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal é efetivada", afirma.

"Aqui no estado, nosso trabalho tem assegurado essa assistência à população paraibana de modo que, de janeiro a maio, contabilizamos mais de 87 mil feitos em todos os núcleos e salas de atendimento da Defensoria Pública, apesar do déficit de profissionais que registramos. Nossa meta é ampliar cada vez mais esses atendimentos, garantindo que cada cidadã e cidadão do estado receba orientação jurídica, visando a solução deconflitos e a promoção da paz social", finalizou Madalena Abrantes.

Ainda de acordo com a DPE, a área de Família lidera a atuação dos defensores públicos em todo o estado. Apenas em João Pessoa, a média de atendimento nos núcleos da Zona Norte (Tambiá) e Zona Sul (Fórum de Mangabeira) ultrapassa 150/dia. Casos de pensão alimentícia, divórcio, investigação de paternidade, solicitação de registros e documentos estão entre os mais frequentes.

Em seguida no número de atendimento por área, se encontram atuações na área Criminal (21.870), Civil (15.341), Fazenda Pública (3.261), Infância e Juventude (1.232) e Consumidor (499).

Além do atendimento individual nos núcleos próprios e nas salas da Defensoria que funcionam dentro dos fóruns, a DPE também atua em demandas coletivas, sobretudo por meio dos núcleos especializados voltados à defesa e proteção de grupos vulneráveis.

É o caso da mulher (Nudem), da criança e adolescente (NEPIJ), da pessoa com deficiência e pessoa idosa (Neped), e da proteção aos direitos humanos (NE-CIDH), com coordenadorias de defesa aos direitos da população LGBTQIA+, combate ao racismo e a intolerância religiosa.

Atendimento

O atendimento ao público nos núcleos da Defensoria Pública espalhados pelo estado ocorrem, de segunda a quinta-feira. Nas sextasfeiras, o trabalho interno é direcionado para organizar as petições. Em João Pessoa, o atendimento ao público acontece em dois enderecos: na Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168, no Tambiá, para os moradores que residem na Zona Norte; para os moradores da Zona Sul, o atendimento acontece dentro do Fórum de Mangabeira, das 8h às 12h.

Nas demais varas e comarcas, os atendimentos ocorrem em horários diferenciados, podendo ser consultado nos respectivos fóruns pelo site da DPE: https://defensoria.pb. def.br/locaisatendimento.php. Para dar entrada nas ações, os interessados devem levar documentos pessoais, comprovação de renda (carteira de trabalho, contracheque, comprovante do INSS, se pensionista), certidão de nascimento do(s) filho(s) e o número da conta bancária, se houver).

05/07 JORNAL UNIÃO Caderno Paraíba - 07

CASO MARIANA

Acusado será julgado em setembro no Fórum Criminal de João Pessoa

O empresário Johannes Dudeck, pronunciado pelos crimes de feminicídio e estupro contra a estudante de medicina Mariana Thomas, no dia 12 de março de 2022, sentará no banco dos réus, no dia 20 de setembro, às 9h, no Fórum Criminal da capital. O julgamento será presidido pelo juiz titular do 1º Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa, Antônio Gonçalves Ribeiro Júnior.

Por se tratar de um crime de grande repercussão popular, o juiz adiantou que foram tomadas algumas medida s de segurança para que o processo de julgamento não seja tumultuado. No plenário serão tolerados apenas as pessoas que, obrigatoriamente, participam do júri: promotores, assistentes de defesa e acusação, além dos defensores e as sete pessoas que compõem o júri popular.

"No salão principal onde acontecerá o júri, a imprensa terá acesso livre mediante cadastramento prévio", informou o magistrado, acrescentando que também, com cadastramento antecipado, familiares, amigos, estudantes de Direito e o público em geral poderão acompanhar o julgamentoem tempo real, através de um telão, disponível no auditório, que fica no térreo do Fórum Criminal.

Segundo o juiz, até o dia 31 de agosto a imprensa e demais interessados em assistir ao julgamento deverão procurar o cartório unificado dos tribunais do Júri (no Fórum Criminal) para fazer o cadastramento. O magistrado estima que este júri será prolongado por conta do número de pessoas que prestarão depoimentos. Tanto Ministério Público como a defesa indica ram o número máximo de testemunhas. "Ainda haverá o interrogatório do réu e os tempos de debate. Tudo indica que o júri deve entrar pela madrugada", pontuou o magistrado.

O corpo de Mariana Thomaz foi encontrado no dia 12 de março de 2022, após a polícia receber uma ligação do acusado Johannes Dudeck, informando que a estudante de medicina estava tendo convulsões. A investigação observou sinais de esganaduras, então Johannes foi preso no local e encaminhado para um presídio especial de João Pessoa.

O relatório final do inquérito indicou oscrimes de feminicídio e estupro, conforme informações do laudo tanatoscópico do Instituto de Polícia Científica (IPC), exame feito para comprovar a existência de violência sexual. A jovem, de 25 anos, era natural do Ceará e estava na Paraíba para cursar a graduação de medicina.

06/07

JORNAL UNIÃO

Caderno Políticas - 13

Proteção à mulher é ampliada na PB

João Azevêdo e ministra Cida Gonçalves assinam acordo de cooperação e Patos ganha Casa da Mulher Brasileira

Iluska Cavalcante cavalcanteiluska@gmail.com

As mulheres do Sertão da Paraíba que sofrem com a violência terão mais uma assistência para a segurança. Isso porque a segunda Casa da Mulher Brasileira da Paraíba será construída no município de Patos, e deverá atender cerca de 40 municípios da região. A ministra da Mulher, Cida Gonçalves, e o governador do Estado, João Azevêdo (PSB) assinaram, on-tem, o acordo de cooperação técnica para a implantação da nova unidade durante evento realizado no Teatro Paulo Pontes, do Espaço Cultural, em João

Com a implantação em João Pessoa - já autorizada pelo ministro da Justica, Flávio Dino, durante visita a João Pessoa o valor total investido nas duas Casas da Mulher Brasileira será de cerca de R\$ 30 milhões, sendo R\$7 milhões para construção e equipagem da Casa da Mulher Brasileira em Patos, no Sertão paraibano, e uma outra casa na capital, João Pessoa, com investimento de R\$ 15 milhões. O restante dos recursos será aportado para custeio e manutenção das duas unidades.

A Casa da Mulher Brasileira éuma inovação no atendimento integral e humanizado às mulheres. Em um mesmo espaço, a Casa integra serviços especiali zados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem apoio psicossocial; delegacia; e outros serviços.

Com o novo investimento, além de ofertar mais uma política pública para esse grupo no Estado, a parceria entre o Go-verno do Estado e o Governo Federal se fortalece.

De acordo com o governador João Azevêdo, a Paraíba tem se beneficiado com o novo momento em que o país vive "Écompletamente diferente do que nós vivemos há algum tempo atrás. [...] São constantes visitas, com ações positivas que o Governo Federal tem trazido. Diversas parcerias, com os diversos ministérios, praticamente semanalmente chegam a Paraíba", comentou.

No que diz respeito à Casa da Mull er, ochefe do Executivo estadual afirmou que em João Pessoa o terreno já foi escolhido e ela será construída no Centro Histórico da capital Segundo explicou, o objetivo é que o local seja acessível para a popu-lação. A mesma lógica também será utilizada para escolher o terrenoda construção em Patos.

"Talvez seja um dos lugares mais simbólicos da nossa capital, que é o Centro Histórico. Um local de muito fácil acesso. Essa foi a nossa primeira preocupação, para que toda a Região Metropolitana de João Pessoa possa acessar os benefícios. [..] Nós sabemos da importân-



Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, e o governador João Azevêdo

cia dessa construção, em colocar em um sólocal praticamente todas as políticas de acolhimento das mulheres", disse.

A ministra Cida Gonçalves explicou que a ação faz parte de uma série de medidas anunciadas pelo presidente Lula, Aspolíticas também envolvem o com-bate a ofeminicídio, à misoginia e à violência contra a mulher na política. "Estamos construindo serviços como a Casa da Mulher Brasileira para enfrentar a violência política, para enfren-tar a violência doméstica, para enfrentar a violência sexual. Estamos aqui para construir isso juntos. Como diz o presidente Lula, a união e a reconstrução do paísé feita por todose todas".

Na ocasião, a ministra comentou que o país tem vivido um processo de reconstrução no que diz respeito aos investimentos em pautas sociais, principalmente no que diz respeito às mulheres, tendo em vista que não existiu um ministério voltado a essepúblico no país duran-

teos últimos quatro anos. "Tivemos que refazer do zero, estabelecer as políticas, a estrutura e orcamento. Encontramos R\$ 23 milhões apenas para investir nos estados, isso não dá nem um milhão para casa estado. Portanto, você não faz política pública com esse or-çamento. Tivemos que construir

orçamento e parcerias do zero", afirmou.

Para a secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, a Paraíba tem sentido a diferença com as melhorias e novos investimentos. "Nos últimos anos nós não tivemos no Brasil políticas para mulheres. Os estados do Nordeste, especialmente a Paraíba, nós conseguimos fazer com recurso próprios, sem apoio federal. É muito bem-vinda agora essa nova configuração, onde juntos Governo Estadual e Governo Federal. Estão aí um aporte extraordinário que vai somar nessas duas casas'

Prefeitos comemoram

Os prefeitos dos municípios onde as duas Casas da Mulher serão instaladas, Cícero Lucena (Progressistas), em João Pessoa, e Nabor Wanderley (Republicanos), em Patos, comemoraram os investimentos e garantiram o apoio para a construção do benefício.

Segundo Cícero Lucena, a prefeitura da capital deverá aumentar o espaco onde será construída a Casa da Mulher, fazendo parte do projeto de revitalização do Centro Histórico. "O Governo do Estado vai construir perto da rodoviária, no centro da cidade. Nós, da

prefeitura, estamos estudando, se necessário for, ter um terreno maior. Vamos, inclusive, fazer as desapropriações, para esse projeto teralém do seu próprioservico que ela vai prestar",

O prefeito de Patos, Nabor Wanderley, agradeceu a parceria e disse que o município assume o compromisso detrabalhar em defesa dos direitos das mulheres e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. "Na hora que a gente se une, com Governo Federal, Governo do Estado, Governo Municipal, a sociedade como um todo ganha mais consciência. [...] E a gente vai realmente fortalecer se combate à violência".

Agenda da ministra

Hoje, a ministra terá uma reunião com os órgãos que com-porão a Casa da Mulher Brasileira. O encontro contará com representantes do Governo da Paraíba, incluindo Semdh, Sesds, SES, PCPB, PMPB, Corpo de Bombeiros, <mark>Defensoria</mark>, TJPB,MPPBe Prefeitura de João

Já às 11h, a ministra realizará uma reunião com represen-tantes dos movimentos de mulheres e feministas. O encontro acontecerá no Auditório da Ordem dos Advogados da Paraíba (OAB/PB).

PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Defensoria registra 412 atendimentos

No aniversário do ECA, comemorado hoje, a instituição reforça atuação em favor dos jovens da Paraíba

Há 33 anos, celebrados hoje, o Estado brasileiro ganhou o Estatuto da Crianca e do Adolescente (ECA) com o propósito de garantir um cenário favorável ao desenvolvimento da juventude do país. O conjunto de normas e regras jurídicas, estabelecidas na Lei nº 8069/90, são a base da atuação do Núcleo Especial de Proteção à Crianca e da Juventude (NEPIJ) da Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) que, desde 2021, já registrou 412 atendimentos voltados a este público.

Os dados são da Coordenadoria de Defesa das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Vítimas de Violência, que tem atuação ampla na defesa dos direitos dessa parcela da população. No setor, os defensores realizam escutas especializadas, petições de medidas de proteção, alteração de guarda ou regulamentação de visitas quando em situação de risco, ações de adoção e habilitação para adoção, pedidos de vagas em creches e escolas, pedidos de autorização de viagem, entre outras demandas.

Olevantamento feito pela

coordenadoria demonstra a necessidade de ações efetivas na proteção das crianças e adolescentes da Paraíba e detalha o perfil dos assistidos. De acordo com os dados, 68,1% são do gênero feminino e 31,9% são do gênero masculino. A maior parte foi encaminhada por delegacias (56,4%), seguida pelos Conselhos Tutelares (28%). Outros atendimentos foram motivados por demandas espontâneas (5,6%), encaminhamen-

66

A Defensoria Pública estruturou o NEPIJ para que haja um atendimento acolhedor, humanizado e técnico

José Rodrigues Júnior

(3,4%), do Núcleo Especial de

Conciliação, Mediação e Arbi-

tragem (NECMA), com 2,4%

Faixa etária Pela lei, s tos de Casas de Passagem crianças os

Pela lei, são consideradas crianças os indivíduos com até 12 anos incompletos e adolescentes os indivíduos dos 12 aos 18 anos. No caso dos aten-

das demandas, bem como, do

truturou o NEPIJ para que

haja um atendimento acolhe-

dor, humanizado e técnico,

com a possibilidade de reali-

zação de escutas especializa-

das que é um procedimen-

to de entrevista sobre uma

possível situação de violên-

cia contra criança ou adoles-

cente, no intuito de garantir a

proteção e o cuidado da víti-

ma, evitando violência insti-

tucional, constrangimentos e

revitimização", explicou o de-

fensor público com atuação no

NEPIJ, José Rodrigues Júnior.

"A Defensoria Pública es-

Núcleo de Família (1%).

cleo, os assistidos possuem idades variadas abrangendo todas as faixas etárias, mas a maioria dos registros ocorreu com crianças de 12 anos (11,2%). Na sequência estão os atendimentos realizados atendimentos realizados os atendimentos realizados atendi

dimentos realizados pelo Nú-

os atendimentos realizados a crianças com seis anos (9%), 10 anos (8,3%), quatro e 11 anos (7,8% cada) e 13 anos (7,5%). Também foram registrados atendimentos a crianças menores, com dois e três anos, 3,4% e 6,8%, respectivamente. Outros dados abrangem atendimentos a crianças com pove anos (5,8%) cinco (6,1%).

Outros dados abrangem atendimentos a crianças com nove anos (5,8%), cinco (6,1%), sete e oito anos (4,4% cada). Já os casos envolvendo adolescentes ocorreram em todas as idades: 14 anos (6,6%), 15 anos (5,6%), 16 anos (3,2%) e 17 anos (2,2%). "Isso mostra que aviolência, infelizmente, atinge todas as crianças e adolescentes ocorreramentes de la complexión de la

centes do nosso estado, reforçando a necessidade de ações de enfrentamento a esta situação e de uma atuação incisiva na luta pelos direitos a fim de evitar o surgimento de novas vítimas", reforçou o defensor público José Rodrigues Júnior.

Demais atuações

O Núcleo Especial de Proteção à Infância e da Juventude da DPE-PB tem a missão primordial de zelar pela observância dos direitos afetos à criança e ao adolescente no âmbito do Estado da Paraíba, sendo formado por duas coordenadorias. Além da Coordenadoria de Defesa das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Vítimas de Violência, há também a Coordenadoria da Defesa do Adolescente em situação de Conflito com a Lei.

16/07

JORNAL UNIÃO

Capa - 01

Defensoria é mais procurada por mulheres em João Pessoa

Raíssa Palitot diz que as maiores demandas são sobre direito de família e violência doméstica.



Titular do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher aponta que demandas são da ordem do Direito de Família

Taty Valéria tatyahavaleria@gmail.com

Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem) da Defensoria Pública da Paraíba foi implantado em 2021 com o objetivo de garantir o acesso à justiça de mulheres vítimas de violência doméstica.

Em entrevista ao Jornal A União, a defensora Raissa Palitot, coordenadora do Nudem desde sua instalação, avalia o trabalho do núcleo, traz sua visão sobre a rede de apoio e quais os caminhos possíveis na construção de uma sociedade mais justa e sem violência de gênero.

O atendimento da Defensoria Pública do Estado da Paraíba às mulheresvítimas de violência passou a ser regulamentado por meio da Resolução nº-65/2021. O que mudou, de fato, a partir dessa resolução em relação ao serviço da Defensoria Pública?

Essa resolução foi um marco constitucional no sentido de promover uma cultura dentro da instituição, especialmente, na questão do atendimento às mulheres: humanizado, empático e sensível às questões de gênero. Sem esse tipo de atendimento, essas mulheres jamais voltariam à Defensoria Pública, e mesmo que voltassem, não consegui riam relatar as violências que sofreriam.

A prestação do serviço da Defensoria, que é fornecer o acesso à justiça e direitos, fica absurdamente rasa e fragiliza muito até o exercício da cidadania dessa mulher, dela conquistar liberdade, autonomia e individualidade. A partir dessa resolução, iniciamos capacitações, tanto com a equipe do Nudem, quanto com as outras equipes da Defensoria. A atual defensora pública da Paraíba, Madalena Abrantes, dá total apoio ao núcleo, tanto que temos esse diferencial: ser uma das poucas Defensorias no Brasil com equipe multidisciplinar. Temos psicóloga, estagiária em serviço social, fora o corpo jurídico, pois sabemos que precisamos ter um olhar ampliado sobre as questões que essas mulheres nos trazem.

Quais são os serviços disponíveis direcionados às mulheres vítimas de violência ofertados pelo Nudem e como ter acesso?

Asmulheres chegamna Defensoria encaminhadas pelos serviços da rede - Justiça, delegacias, serviços de saúde, Conselho Tutelar, etc – ou de maneira espontânea. O atendimento funciona de segunda a quinta, das 8h às 17h, e até as 14h às sextas. Também dispomos do atendimento remoto, que iniciou durante pandemia, teve uma adesão muito boa e foi mantido. Chegando na Defensoria, e dependendo de onde partiu o encaminhamento, as mulheres são atendidas por psicóloga se uma equipe multidisciplinar, isso incluio atendimento aos filhos, crianças e adolescentes; e a partir desse atendimento, é elaborado um parecer.



Muitas mulheres de classe média acessam o Nudem, mas esse não é o perfil na Defensoria

Raissa Palitot

A Defensoria Pública atua como "advogado de defesa" dos cidadãos perante ações na Justiça. No caso das mulheres, é possível identificar quais as principais causas que buscam por defesa?

Vou falar da minha percepção enquanto defensora pública que já atuou em diversas regiões: as maiores recorrências, sem sombra de dúvidas, são as questões de direito de família (pensão alimentícia, guarda de filhos) e violência doméstica. Nesse caso, o acesso fica mais restrito nos municípios que possuem núcleo da Defensoria. Uma coisa que precisamos destacar é que as mulheres são as que mais procuram os serviços da Defensoria Pública para tentar solucionar questões. Falo em "tentar" porque sou bem cética e tenho muitas críticas e ressalvas com a ingerência do sistema de justiça com as questões de Direito de Família

Também aumenta mos os atendimentos nos núcleos especiais:

saúde, direitos humanos (que incluem comunidades indígenas e quilombolas, reintegrações de posse coletiva); núcleo da pessoa com deficiência.

De toda forma, o acesso aos serviços da Defensoria é, de fato, mais procurado por mulheres. Outro dado importante é que nós temos muitas mulheres de classe média que acessam o Nudem, mas esse não é o perfil de mulheres que acessam a Defensoria Pública. ■ Em junho, o Nudem encaminhou quatro mulheres vûimas de violência doméstica no Estado para o Sistema Nacional de Emprego (Sine-PB). Como funciona e qual a importância desse programa?

É importante destacar que o serviço de apoio jurídico às mulheres vîtimas de violência passa por dois gargalos principais: a dependência emocional e a dependência financeira, e partir disso, construímos parcerias e uma cartela de serviços com acompanhamento psicoterápico, sessões de terapia (que podem ser remotas e incluem as crianças e adolescentes). Também realizamos parcerias com o Sine e Senac, tanto para que essas mulheres tenham cursos profissionalizantes e/ou técnicos, para que essas mulheres possam ingressar ou reingressar no mercado de trabalho.

A Lei 14.542 sancionada em abril pelo presidente Lula determina que 10% das vagas do Sine sejam destinadas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Já realizamos reuniões com o Sine municipal e estadual. Criamos um fluxo de encaminhamento em que o próprio Sine já faz esse atendimento huma nizado e prioritário, e cabe à Defensoria capacitar esses servidores.

O Nudem possui assento com participação de todas as reuniões realizadas pela Reamcav (Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência) ente vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Como a senhora, enquanto coordenadora do Nudem, avalia esse diálogo?

O diálogo da Reamcav com a Defensoria vem melhorando e ficando cada vez maisestreito. Deixo claro que não meço autocríticas em relação à instituição e eu vejo que ela é importante para seu próprio crescimento. Nós tivemos um hiato muito grande na história da Defensoria de preca riedade na prestação desses serviços mais especializados, ecom relação aos direitos das mulheres. O marco foi 2021, e não é porque eu passei a estar à frente, mas pela criação da resolução nº 65/2021, que garantiu capacitações, equipes multidisciplinares, capilaridade no estado, parcerias. Uma dessas melhorias foi a presenca da Defensoria na Reamcay.

Nós tanto podemos receber de-

mandas da Reamcav como ofertar também. A rede tem uma boa atuação, mas eu vejo que precisa de mais democratização e presença de mulheres da sociedade civil. Vejo que ainda há uma institucionalização muito forte, e isso não é saudável. Precisamos potencializar a voz e as demandas levadas pelas próprias mulheres dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

A violência doméstica não é uma novidade, especialmente, para quem lida com essa problemática diariamente. No entanto, a população em geral tem uma percepção que os números de agressões e até de feminicídios têm aumentado. Na sua opinião, os casos realmente aumentamm, ou a visibilidade e denúncia desses crimes se tornou mais recorrente?

Essa pergunta não tem espaço para opinião. Temos que usar dados e ciência, então, vou trazer minha visão de pesquisadora e acadêmica. Hoje não temos como afirmar ou confirmar, até pela falta de pesquisas de antes de ter mos apa rel hamento, legislação e instituições voltadas a esse microssistema de proteção às mulheres. Não há como comparar porque não há dados de antes.

Existem lapsos temporais muito curtos que podemos usar, a exemplo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e fazer o comparativo de antes, durante e depois da pandemia. Durante a pandemia, houve uma diminuição nas denúncias de violência doméstica, mas podemos levantar a hipótese de que as mulheres é que não estavam conseguindo acessar os canais de denúncias.

De fato, nós temos alguns períodos de diminuição dos feminicídios em dados absolutos, mas quando fazemos a análise interseccional, por raça, vemos que sim, o feminicídio diminuiu, mas para mulheres brancas. Mulheres negras continuam sendo assassinadas. Pretendemos fa zer um levantamento de perfil das mulheres que chegam até a Defensoria, as que não chegam, porque não chegam, e criar uma política institucional para chegar até essas mulheres, com ações mais inclusivas e transversa lizadas.

Em relação aos mecanismos oficiais e judiciais existentes na proteção e amparo às mulheres vítim as de violência, a senhora acredita que são eficientes? O que pode ser melhorado?

Sou crítica do Direito e do Sistema de Justiça. São estruturas elitizadas, classistas, racistas e patriarcais. Mas, eu também me alinho muito a uma ideia da professora e defensora pública do Rio de Janeiro, Patrícia Magno, de que "a Defensoria Pública, enquanto contra-poder, precisa ser contra majoritária e estabelecer estratégias para fissurar essas estruturas dentro do sistema

de justiça". Ou seja, o sistema funciona sim, mas só para determinados grupos. É preciso leva ro serviço para todas as localidades, para
as mulheres da zona rural, para as
mulheres não al fabetizadas. Para
as mulheres trans e travestis, que
além da transfobia, também sofrem
violência de gênero e muitas vezes
não sabem que possuem o direito
ao atendimento especializado.

É preciso democratizar esse acesso, realizar busca ativa e ouvir mais a população. Essa busca ativa é um meio de melhorar, democratizare potencializaro trabalho da justiça, e mesmo sendo crítica a essa estrutura elitizada, venho com a fala de Tula Pires, outra acadêmica da UFRJ. "Eu quero sim participar das disputas de espaços e narrativas. Se o direito serve para proteger classes socia is privilegiadas a partir da crimina lização das populações negras com pequenos furtos, porque eu não vou disputar o espaço no sistema jurídico para eu, enquanto mulher negra, ser protegida e ter meus direitos protegidos?" Vamos sim ocupar esses espaços, ocupar essas disputas de narrativas para irmos fissurando essas estruturas. Vamos ouvir a população, e mostrar para as autoridades e instituições que temos lado e nossas posições.

■ Enquanto agente que atua diretamente na proteção de direitos, e em relação às mulheres especificamente, a senhom acredita que é possível alcançar uma sociedade semviolência de gênero? Quais seriam os caminhos?

Eu venho com Paulo Freire, venho com esperançar. Venho tambémcom Guerda Lerner, autora do livro "A criação do patriarcado", quando afirma que "o patriarcado não existe desde o início da criação da sociedade, ele foi criado e construído". Então, se esse patriarcado levou a nos para ser construído, ele pode ser desconstruído.

Muitas pessoas, e eu também, tínha mos essa sensação de estar enxugando gelo, mas é preciso pensar que nós estamos fazendo parte de uma construção coletiva que é mundial para desconstruir essa estrutura que nos foi imposta (junto com o capitalismo, que é também uma estrutura que mata). Então, é possível sim esperançar, e continuar na luta, sem querer, do alto do meu narcisismo, a pretensão de querer ter essa alegria de viver uma sociedade sem violência com absoluta igualdade de direitos para todas as pessoas independente de posição social ou do território que ocupe.

Fazendo um apanhado histórico, já é possível ver que a geração
da minha avó tinha menos acesso
a direitos que a minha. A forma que
crio meu filho já é muito diferente
a forma que fui criada. Hoje, eu tenho essa consciência de que preciso para meu filho possibilidades de
expressar os afetos.

OBSERVATÓRIOS DA SEGURANCA

A cada quatro horas, uma mulher é vítima de violência no Brasil

Renato Ribeiro Ridio Nacional

A cada quatro horas uma mulher é vítima de violência no Brasil. Em 2022, foram mais de 2.400 casos registrados, sendo que quase 500 foram feminicídios, ou seja, a cada dia ao menos uma mulher morreu apenas por ser mulher. Os dados são da Rede de Observatórios da Segurança.

Formas de salvar as vidas e de acolher essas mulheres estão sendo debatidas até hoje no 1º Encontro Nacional das Casas da Mulher Brasileira, em Brasília.

A Casa presta atendimento humanizado e integrado às mulheres vítimas de violência. São oferecidos, por exemplo, serviços de acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; acesso à Justiça, ao Ministério Pública

No encontro são trocadas experiências sobre o trabalho realizado na Casa da Mulher e também atualizadas as diretrizes e protocolos de atendimento.
"Para que não tenhamos cada local com uma casa isolada, sozinha, nós precisamos ter uma linha de atendimento, uma linha da qualidade, da efetividade do resultado, enquanto uma política nacional que vai dar conta de respaldar a vida das mulheres e garantir segurança no atendimento", explicou a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

Estamos falando de mulheres indígenas, negras, de periferia, quilombolas e ribeirinhas que estão em todos os lugares onde a violência também está muito presente. Então é muito importante essa adequação, esse olhar especial para essa diversidade. Não podemos mais pensar em uma casa com atendimento de forma padronizada", disse a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara sobre a importância do acolhimento diferenciado.

O Governo Federal anunciou em março a cons-

Na Paraíba, serão construídas duas casas, uma em João Pessoa e outra em Patos, com investimentos de R\$ 30 milhões

trução de 40 novas Casas da Mulher. Na Bahia, serão quatro, com investimento de R\$47 milhões, nas cidadesde Feira de Santa na, Itabuna, Irecê e Salvador, com previsão de serem i nauguradas em outubro.

Já na Paraíba, serão construídas outras duas, uma em João Pessoa e outra em Patos, com investimentos de R\$30 milhões.

As sete unidades em funcionamento estão localizadas em Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, São Paulo, Boa Vista, São Luís e na cidade de Ceilândia, no Distrito Federal.

19/07

• JORNAL UNIÃO

Caderno Publicidades - 27

EDITAL DE CITAÇÃO NCPC (PRAZO: 30 DIAS)

COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB. 7ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITÁÇÃO. PRAZO: 30 (tinta) DIAS. PROCESSO:

0812008-27.2022.8.15.2001 (PJE). O MM. Juiz de Direito da vara supra, em virtude de lei, etc, FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou deste conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório da 7ª Vara cível desta Comarca, tramitam os autos do processo acima proposto por Nome: REDE MENOR PRECO SUPERMERCADO LT DA em desfavor de Nome: JOAO BRAGA FERNANDES. Tem o presente Edital a finalidade de CITAR o promovido Nome: JOAO BRAGA FERNANDES, endereço: Rua San Juan_**, 211, Estados, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-226, por este não tido sido encontrado no endereço indicado nos autos, atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15(quinze) dias efetuar o pagamento da importância de R\$ 966,76 (novecentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), valores de 14 de março de 2022, que serão atualizados até a data do pagamento, e honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa ((art. art. 701, § 1°, CPC). O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo legal. Fica a parte advertida de que não sendo embargada a ação ou rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se em mandado executivo, previsto no art. 702, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial, do Código de Processo Civil. Advertindo-se, ainda, que será nomeado curador especial em caso de revelia. Tudo para cumprir nos termos da determinação judicial contida nos autos: "Defiro o pedido de citação por edital, com prazo de 30 dias, nos termos do art. 256, inciso I, do Código de Processo Civil, começando a correr da primeira publicação do edital e transcorre o lapso temporal fixado, para que a parte tome conhecimento, em 30 dias, com fulcro no art. 257. III. do CPC, incluindo o teor da inicial e processo no presente edital. Decorrido o prazo sem manifestação do promovido, nomeio a Defensoria Pública como curadora Especial, intimando o Defensor Público para atuar nos autos...". E, para que a noticia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o (a) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca da Capital, expedir o presente Edital CITATÓRIO que deverá ter sua publicação em jornal de ampla circulação ou por outros meios pela parte exequente que deverá ser intimada para tal fim. Cumpra-se. Dado e passado nesta cidade João Pessoa - PB. Aos 3 de julho de 2023, ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA. Analista/Técnico Judiciário, o digitei. Dr(a). Renata da Câmara Pires Belmont, Juiz (a) de Direito (assinatura eletrônica).

20/07 ● JORNAL UNIÃO Caderno Geral - 03

DEFENSORIA PÚBLICA (1)

O secretário chefe do Governo do Estado, Roberto Paulino, esteve, ontem, na Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) para uma visita de cortesia. Em diálogo com a defensora-geral, Madalena Abrantes, ele recebeu algumas demandas da instituição, como a ampliação do quadro de defensores.

DEFENSORIA PÚBLICA (2)

Paulino disse considerar as pautas apresentadas justas e garantiu que fará o que puder para tornar os laços entre a Defensoria e o Poder Executivo mais fortes. "Fiquei surpreso com a amplitude dos serviços que a Defensoria presta e quero parabenizar a diretoria e todos que fazem a instituição", declarou o secretário.

20/07 • JORNAL UNIÃO

Caderno Paraíba - 08

UNIDADES PRISIONAIS

Defensoria e Seap discutem a ampliação de projetos de inclusão

A ampliação e o fortalecimento das parcerias entre a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) e a Secretaria da Administração Penitenciária (Seap) foram debatidas durante uma reunião entre a defensorageral, Madalena Abrantes, e o gerente Executivo de Ressocialização da Seap, João Sitônio Rosas. Na ocasião, foram discutidas a realização de duas ações de inclusão desenvolvidas pela DPE junto à população carcerária.

Uma delas refere-se à expansão do projeto "Abrindo a mente para a liberdade", realizado pela Defensoria como objetivo de fomentar o hábito da leitura entre os reeducandos. "A importância de um projeto como esse se resume



Reunião discutiu parcerias

ao impacto que ele causa na vida das pessoas privadas de liberdade e o resultado que ele gera para a sociedade", ava liou Madalena Abrantes.

No projeto, os apenados são orientados sobre a produção de literatura decordel, desde as técnicas de leitura e escrita, até a elaboração do cordel, com exposições em espaços públicos. "Nós já desenvolvemos um trabalho de atuação nas unidades prisionais e queremos ampliar esse projeto que trabalha a questão educacional, que foi reconhecido pela Universidade Federal da Paraíba como uma ação de boas práticas", destacou João Sitônio Rosas.

Aintenção é ampliar para outras 15 unidades priosionais a iniciativa rea lizad a na Cadeia Pública de Alagoinha

Outra ação discutida foi a realização de um mutirão voltado à retificação de prenome e gênero entre as pessoas apenadas e que integram a comunidade LGB-TQI APNB+, nos moldes do evento realizado pela Defensoria Pública em junho. 25/07 • JORNAL UNIÃO Caderno Geral - 06

Comunidade do Timbó recebe evento em referência ao Julho das Pretas

Visando dar destaque à luta das mulheres negras, a Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) realiza próxima sexta-feira (28) uma ação na Comunidade do Timbó intitulada "O protagonismo feminino negro nas lutas por direitos". A ação alusiva ao Julho das Pretas, acontece das 8h às 12h, e contará com apresentações artísticas, roda de diálogo e orientações jurídicas.

O evento é uma realização da Coordenadoria de Combate ao Racismo, vinculada ao Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (Necidh) e do Núcleo Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), da Defensoria Pública.

Entre as atividades previstas, será estruturada uma roda de diálogo sobre o tema do evento com a participação de Rossana Holanda, ativista e líder comunitária do Porto do Capim. Além de realizadas apresentações de hip hop e poesia marginal. Também será formada uma roda de escuta coletiva para identificar as demandas da comunidade, e ofertadas orientações jurídicas às pessoas que necessitam dos serviços da Defensoria.

Julho das Pretas

O movimento visa ressaltar a batalha das mulheres negras contra a opressão racial e de gênero, e promover a maior participação delas na política e em outras esferas da sociedade. Também tem como foco a superação das desigualdades vivenciadas por essas mulheres no dia a dia.

Inscrições para curso de formação seguem abertas até próximo dia 30

Estão abertas até o dia 30 deste mês as inscrições para o primeiro ciclo de formação inicial promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu).

Ao todo, serão sete cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD), disponibilizados no ambiente virtual do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Judiciário (Ceajud) para atender à crescente demanda por capacitação e qualificação dos usuários, com o objetivo de aprimorar o uso e o aproveitamento do sistema (curso de capacitação).

Os usuários que acessam pela primeira vez a plataforma precisarão criar uma conta, e haverá emissão de certificado. Hoje, o Seeu integra em tempo real mais de 1,5 milhão de processos de execução penal em 35 tribunais do país. Em setembro, chegará também ao TRF-4.

O conteúdo do curso está dividido por perfis de usuários, feito sob medida para atender cada público-alvo: juízes e juízas, servidores do Judiciário, advogados e advogadas, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e oficiais de Justiça. Uma vez inscrito, cada usuário terá acesso a todas as aulas relativas ao seu perfil. A carga horária e a quantidade de aulas variam de acordo com o público-alvo.

Sistema

O Seeu é um sistema que permite a conexão em tempo real dos processos de execução penal em todo o país. 25/07 • JORNAL UNIÃO Caderno Geral - 13

Semana pela Paz em Casa será em agosto

A 24ª edição da Semana da Justica pela Paz em Casa, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada no período de 14 a 18 de agosto. O programa é desenvolvido em parceria com os Tribunais de Justiça estaduaise tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. Na esfera do Tribunal de Justiça da Paraí-

ba, a Semana é organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário estadual e por todos os juízes com competência na matéria.

O evento promove, ainda, ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam. Anualmente, são promovidas três Semanas da Justiça pela Paz em Casa, sempre nos meses de março, agosto e novembro, em homenagem, respectivamente, ao Dia das Mulheres; aniversário de sanção da Lei Maria da Penha; e o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para a coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJPB, juíza Anna Carla Falcão, as expectativas da Semana da Justiça pela Pazem Casa são as melhores possíveis. "O Tribunal de Justiça da Paraíba, com total apoio do seu presidente, desembargador João Benedito da Silva, sempre participou com bons resultados do esforco concentrado. demonstrando uma união de magistrados, servidores, Ministério Público e Defensoria Pública, no enfrentamento à violência contra a mulher, empreendendo celeridade na tramitação e julgamento dos processos", comentou.

27/07

JORNAL UNIÃO

Caderno Geral - 05

ACOMPANHANDO AÇÕES DO ODE

Defensoria Itinerante atende em três cidades

Aunidade itinerante da Defensoria Pública da Paraiba (DPE-PB) segue os atendimentos desta semana em conjunto com as audiências públicas do Orçamento Democrático Estadual (ODE). De hoje até o próximo sábado, os municípios de Pedras de Fogo, Soledade e Cubati contarão com a assistência jurídica da instituição dentro do Projeto Cidadania Democrática, que oferta serviços à população do estado.

Os atendimentos acontecem das 8h às 16h, em escolas e clubes das cidades. Todas as pessoas hipossuficientes, que não possuem condição de pagar por um advogado, poderão se dirigir ao caminhão para receber auxílio em áreas da Justiça Estadual, como Família, Cívele Fazenda Pública. As pessoas também poderão ingressar com ações, consultar processos e tirar dúvidas

Em Pedras de Fogo, os atendimentos serão realizados nesta quinta-feira (27), na Escola Estadual Cidadã Integral Técnica (ECIT) João Úrsulo, localizada na Rua Santo Antônio, 39. Na sexta-feira (28) é a vez de Soledade receber as ações da Itinerante, no Clube Recreativo, localizado na Rua Prefeito Inácio Claudino, s/n. No dia 29, as ações serão realizadas em Cubati, no Ginásio Poliesportivo "O Branção", localizado às margens da PB-167.

Serviços

Problemas como divórcio, alimentos, pensão, guarda, curatela, dissolução de união estável; adoção; reconhecimento de paternidade; usucapião, reintegração de posse; sucessão, além de herança, cobranças, contestações, mandados de segurança; e solicitações na área de saúdesão exemplos de demandas que podem sertratadas na Defensoria Itinerante.

Documentos

Durante os atendimentos, os assistidos devem apresentar documentos pessoais como RG, CPF, comprovante de residência, além dos documentos referentes ao serviço para o qual busca atendimento.